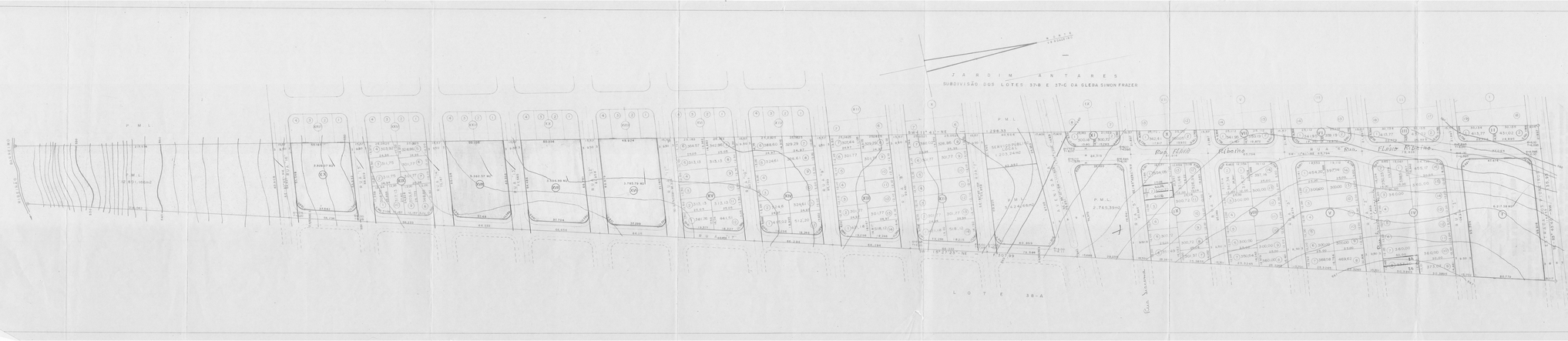

J A R D I M A N T A R E S
SUBDIVISÃO DOS LOTES 37-B E 37-C DA GLEBA SIMON FRAZER
L O T E 38-A
P M L
Rua Flávio Ribeiro
Rua Flávio Ribeiro
Rua Flávio Ribeiro

Abaixo transcrevemos o despacho exarado no processo nº 12.347/82.
Aprovamos o projeto TOPOGRÁFICO DE SUBDIVISÃO do lote nº 38 da Gleba Simon Frazer, em substituição ao aprovado sob nº 269/81, cabendo ao proprietário loteador as seguintes responsabilidades:

1) - SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
   a) Terraplenagem do leito das ruas e passeios ;
   b) Locação de quadras e datas;
   c) Meio-fio com sarjeta e execução de passeios e mureta;
   d) Galeria de águas pluviais;
   e) Rede de energia elétrica com iluminação pública;
   f) Rede de água potável ;
   g) Pavimentação asfáltica da rua;
   h) Arborização das ruas;
   i) Urbanização de praças, conforme lei nº 2.913/78;
   j) Cascalhar área, conforme lei nº 2.983/79;

2) - ÁREAS QUE DEVERÃO PASSAR A DOMÍNIO PÚBLICO
   a) Ruas, Avenidas e Passeios, num total de 35.429,90m2.
   b) Área para praça, correspondente à 19.909,676m2.
   c) Área para serviço público local em datas, correspondentes ao artigo 35º da Lei nº 133, e escolhida de comum acordo entre o loteador e o Deptº de Patrimônio da Secretaria de Administração e que corresponde a 1.203,24m2.

3) - Obs: A área junto ao córrego vale 50% para efeito de compensação de acordo com a lei nº 1.383/68.

4) - ZONEAMENTO
   O zoneamento dos lotes é ZR-3 (residencial 3) de acordo com a lei nº 2.518/74.

5) - DADOS GERAIS
   Deverá providenciar o registro de acordo com o Decreto-lei nº 6.766/79.
   Apresentar projetos complementares e submeter a aprovação dos órgãos específicos como, SUDV, COPEL, SANEPAR e PAVILON, antes de iniciar cada serviço.
   Providenciar a regularização junto ao registro de imóveis e INCRA, IAPAR, após o que será fornecido alvará para a execução das obras.
   Nos contratos de compra e venda, deverá constar o prazo para a conclusão dos serviços.

6) - As quadras de nºs 01-16-17-18- e 20 não poderão ser apresentadas com subdivisão em datas uma vez que deverão ser objeto de Escritura e Hipoteca devidamente registrada para garantia da execução dos serviços exigidos (a caução)

7) - De acordo com o ítem V do artigo 18, capítulo VI da lei federal 6.766/79. O loteador deverá por ocasião do registro do loteamento no Registro de Imóveis, apresentar, além da Escritura de caução um cronograma de execução de obras, com prazo máximo de 2 anos, contando a partir da data do registro na lei acima citada.
   Os emolumentos importam em Cr$ 10.282,00

Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação
DEPARTAMENTO DE URBANISMO
Londrina, 03 de 06 de 19 82